

## IMPLICAÇÕES, LIMITES E AVANÇOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: O QUE AINDA PRECISA MUDAR?

Maria Karoline Nóbrega Souto Dantas<sup>1</sup>  
Soraya Maria Barros de Almeida Brandão<sup>2</sup>

### RESUMO

O presente artigo, intitulado “Implicações, limites e avanços da Educação Inclusiva: o que ainda precisa mudar?”, é resultado de estudos realizados durante a disciplina “Princípios Históricos, Políticos e Filosóficos da Educação Especial” no curso Especialização em Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, realizado pela Universidade Estadual da Paraíba. O mesmo teve como objetivo discutir as implicações da Educação Especial na perspectiva inclusiva, considerando os avanços e os limites que tivemos ao longo do tempo, pressupondo, sobretudo, o acesso, a permanência e as condições de aprendizagem para todas as pessoas. Nesse sentido, trouxemos para nossa discussão o que ainda precisa mudar, já que tivemos avanços significativos durante esse período. Estudos sobre a Educação Especial nos revela que, ao longo da história, muitas foram as concepções e as formas de atendimento ao sujeito com deficiência no âmbito social e escolar, o que nos despertou para a evolução desse estudo, principalmente, em relação ao que ainda precisa mudar na nossa educação e no nosso entendimento para que aja uma inclusão nas escolas. O estudo inscreveu-se na abordagem qualitativa da pesquisa, tendo como percurso metodológico um estudo bibliográfico, bem como discussões pautadas em experiências e relatos exploradas no decorrer da referida disciplina, pelas cursistas com deficiências e profissionais que atuam na Fundação Centro Integrado de Apoio ao Portador de Deficiência (FUNAD), Amigos dos Excepcionais (APAE), Centro de atendimento ao Autista (CAA) e o Instituto dos cegos. Para atender ao objetivo proposto nesse estudo nos acostamos às contribuições teóricas de Fumegalli (2012), Sasaki (1998), Bueno (2001, 1998), entre outros, bem como os Referencias Legais. Nossa pesquisa mostra que mesmo com os avanços legais, e com os diversos estudos realizados acerca do atendimento às pessoas com deficiência, ainda se evidencia práticas excludentes no contexto escolar, principalmente, quando se trata de acessibilidade e formação dos professores.

**Palavras-chave:** Educação Inclusiva, Limites e avanços, Práticas Pedagógicas.

### INTRODUÇÃO

O presente trabalho é resultado de estudos e discussões que foram realizados no decorrer da disciplina “Princípios Históricos, Políticos e Filosóficos da Educação Especial” no curso Especialização em Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, realizado pela Universidade Estadual da Paraíba – UEPB. O mesmo teve como objetivo discutir as implicações da Educação Especial na perspectiva inclusiva, considerando os avanços e os limites que tivemos ao longo do tempo, pressupondo, sobretudo, o acesso, a permanência e as condições de aprendizagem para todas as pessoas.

---

<sup>1</sup> Pós - Graduada em Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, [karol.souto1993@gmail.com](mailto:karol.souto1993@gmail.com)

<sup>2</sup> Doutora em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, [soraya.brandao@servidor.uepb.edu.br](mailto:soraya.brandao@servidor.uepb.edu.br)

Nesse contexto, tivemos nosso transcurso investigativo a partir do questionamento sobre o que ainda é necessário mudar na nossa educação e no nosso entendimento para que de fato aja uma inclusão nas escolas, já que tivemos tantos avanços significativos ao longo do tempo. Dessa forma, buscamos focar na discussão acerca da garantia de acesso, permanência e condições de aprendizagem para todos, o que se pressupõe uma educação, sem preconceitos, de forma a valorizar as diferenças. Metodologicamente, em função do objetivo proposto, o estudo inscreveu-se na abordagem qualitativa da pesquisa, tendo como percurso metodológico um estudo bibliográfico, bem como discussões pautadas em experiências e relatos de vida exploradas no decorrer da referida disciplina do curso, pelas cursistas com deficiências e profissionais que atuam na Fundação Centro Integrado de Apoio ao Portador de Deficiência (FUNAD), Amigos dos Excepcionais (APAE), Centro de atendimento ao Autista (CAA) e o Instituto dos cegos. As falas das cursistas e dos profissionais estarão expostas de forma bem geral, uma vez que são falas livres em momentos de rodas de conversas sobre a temática em discussão.

Para atender ao objetivo proposto nesse estudo nos acostamos às contribuições teóricas de Fumegalli (2012), Sassaki (1998), Bueno (2001) (1998), entre outros, bem como os Referencias Legais.

Sabemos que a educação de pessoas com deficiências e síndromes ainda tem sido alvo de grandes discussões nos dias atuais, principalmente porque há quem ainda defendam a ideia de que as pessoas com deficiências devem estudar em escolas especializadas, ou seja, escolas que possuam equipamentos apropriados e estejam preparadas para recebê-los e educá-los e os que entendem ser a escola regular o local apropriado para incluir essas crianças, este último acostado às normas legalistas, fato esse observado nas discussões durante a disciplina “Princípios Históricos, Políticos e Filosóficos da Educação Especial” no curso Especialização em Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, realizado pela Universidade Estadual da Paraíba. Nesse sentido, nossas discussões em sala de aula foram aprofundadas e pautadas em experiências e relatos de vida.

Entendemos que esse estudo é de grande relevância social e pessoal, uma vez que todas as pessoas com ou sem deficiência possuem direitos, sentem, pensam, criam e, portanto, precisam ser respeitadas e incluídas nas suas especificidades, fatos estes extremamente negligenciados, conforme ficou evidente nos relatos das pessoas com deficiência que compõem a turma de Especialização.

De acordo com Moura (2010), a inclusão e participação são valências fundamentais para a dignidade humana e para gozar dos direitos humanos, o que em termos de educação se traduz

numa igualdade de oportunidade. Nesse âmbito, às Políticas Públicas existentes devem assegurar às pessoas com deficiência as condições para viver e ser aceitos na sociedade.

## **2. TECENDO FIOS DA INCLUSÃO**

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB - Lei 9394/96) define Educação Especial como sendo uma modalidade de educação escolar, voltada para a formação do indivíduo, com vistas ao exercício da cidadania. Portanto, é uma modalidade de ensino onde sua aplicação transpassa o sistema educacional visando propiciar a pessoa com deficiência o desenvolvimento de sua personalidade, a participação na sociedade, entre outros. Essa conceituação insere a Educação Especial no contexto geral da educação, tendo como finalidade pedagógica apoio e complementação aos serviços educacionais comuns, oferecendo auxílio no desenvolvimento aos alunos com deficiência.

O primeiro marco da Educação Especial, no Brasil, segundo Romero e Souza (2008), ocorreu no período imperial, com Dom Pedro II em 1854, influenciado pelo ministro do Império Couto Ferraz, admirado com o trabalho do jovem cego José Álvares de Azevedo que educou, com sucesso, a filha do médico da família imperial, Dr. Sigaud, que criou o Imperial Instituto dos Meninos Cegos. Em 1857, D. Pedro II também criou o Instituto Imperial dos Surdos-Mudos. Em 1891, o Instituto dos Meninos Cegos passa a se chamar Instituto Benjamin Constant – IBC, no qual funciona até os dias de hoje.

Ainda de acordo com Romero e Souza (2008), a criação do Instituto Imperial dos Meninos Surdos deve-se a Ernesto Hüet que veio da França para o Brasil com os planos de fundar uma escola para surdos-mudos, nomenclatura utilizada na época. Em 1957, a escola passou a se chamar Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES. Ainda no período imperial, em 1874, iniciou-se o tratamento das pessoas com deficiência mental no hospital psiquiátrico da Bahia (hoje hospital Juliano Moreira). Após a Proclamação da República a Deficiência Mental ganha destaque nas políticas públicas, mesmo porque acreditavam que esta deficiência pudesse implicar em problemas de saúde - uma vez que era vista como problema orgânico e a relacionavam com a criminalidade - e escolar, pois também temiam pelo fracasso escolar.

De acordo com Mazzotta (1996), a Educação Especial no Brasil é marcada por dois períodos: de 1854 a 1956, com iniciativas oficiais, particulares e isoladas, e de 1957 a 1993, com iniciativas oficiais e de âmbito nacional.

Em 1961, a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB - Lei 4024/61) avança, pois concebe a educação como direito de todos e recomenda a integração da educação especial, ao Sistema Nacional de Educação. Dez anos depois, a Lei 5692/71 altera a mencionada LDB, reafirmando a necessidade de se conferir um tratamento adequado aos alunos com deficiência.

De acordo com Romero e Souza (2008), a partir da Declaração de Salamanca (1994), o Brasil oficializou uma discussão de ideias diferentes. Este documento conta que todas as crianças possuem suas características, interesses, habilidades e necessidades que são únicas e, portanto, tem direito à educação e à oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem e, “aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades” (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p. 1 e 2).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB - Lei 9394/96), pela primeira vez, na história da educação brasileira, apresenta um artigo específico sobre a Educação Especial, reconhecendo o direito à diferença, ao pluralismo e à tolerância. No capítulo V, artigo 58, recomenda-se, que essa modalidade de ensino seja ofertada, preferencialmente, na rede regular de ensino, que deve contar com: apoio especializado, para o atendimento adequado aos alunos especiais e classes, escolas ou serviços especializados quando, não for possível, a inclusão em classes regulares.

Pautado nos princípios legais e adaptações curriculares espera-se que a Educação Especial garanta a todos os alunos com deficiência o acesso à escola comum, removendo barreiras que venham a impedir a frequência dos mesmos nas turmas comuns do ensino regular. Vemos, portanto, que a Educação Especial, no Brasil tem sido definida por uma perspectiva ampla, que ultrapassa a concepção de atendimentos especializados, tal como vinha sendo antigamente. (LDB, 1996).

O Plano Nacional de Educação – PNE (2014) também faz referência à inclusão, apresentando as tendências recentes dos sistemas de ensino, tais como:

Contabilizar, para fins do repasse do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), as matrículas dos(as) estudantes da educação regular da rede pública que recebam atendimento educacional especializado complementar e suplementar, sem prejuízo do cômputo dessas matrículas na educação básica regular, e as matrículas efetivadas, conforme o censo escolar mais atualizado, na educação especial oferecida em instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público e com atuação exclusiva na modalidade, nos termos da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007 (PNE, 2014, p. 55).

Percebemos que as novas tendências constituem um desafio imenso para os sistemas de ensino, visto que traz direcionamento para o atendimento às crianças com deficiência.

Sabemos que as discussões sobre a educação de crianças com deficiência, em escola regular são recentes, em nosso país. Estas surgem revestidas com um forte vestígio de “exclusão”, e assistencialismo, fato de essas crianças durante muito tempo terem frequentado apenas escolas “Especiais”, sendo assim excluídas do ensino regular.

De acordo com Michels (2006), a composição da política de inclusão ocorreu a partir de compromissos históricos assumidos, de forma coletiva, pelos movimentos de luta por direitos sociais a exemplo, da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966), da Convenção sobre os Direitos da Criança (1989) e da Conferência Mundial sobre Educação para Todos (1990). Essas políticas públicas vêm com o intuito de pôr fim a ideia de exclusão. Portanto, podemos compreender inclusão como o compartilhamento do processo de humanização, numa experiência de construção coletiva que coloca todos na condição de sujeitos, proporcionando que todos tenham as mesmas condições de uma vida digna e justa.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Durante as discussões em sala, tivemos a oportunidade de conhecer a história “Quando a escola é de vidro” de Ruth Rocha e “A Formigadinha” de Rossana Barros. A partir dessas literaturas, discutimos sobre as evidências da Educação Inclusiva no contexto escolar, trazendo para esse contexto, falas de pessoas com deficiências e profissionais que trabalham em instituições pública de atendimento a esses sujeitos, a exemplo do Centro Integrado de Apoio ao Portador de Deficiência (FUNAD), Amigos dos Excepcionais (APAE), Centro de atendimento ao Autista (CAA) e o Instituto dos cegos.

Na obra “A Formigadinha”, a autora apresenta uma formiga que não conseguia se adaptar na escola. A mesma tinha dificuldade em sentar, parar de falar e parar de dançar, e também apresentava dificuldade em fazer a lição de casa e prestar atenção nas aulas. Tal comportamento é trazido como uma série de possíveis problemas, o que levava a vários estereótipos, tais como hiperativa, déficit de atenção, disléxica, dentre outros. Um fato que fez com que a mesma avançasse em seu desenvolvimento e aprendizagens foi a mudança para uma escola que respeitava as necessidades e individualidades da criança. Diante dessa mudança, nos questionamos: Por que a Formigadinha não conseguia se adaptar na primeira escola? Com

quantas crianças/alunos nos deparamos no nosso dia a dia como a Formigadinha? E o que fazemos para contribuir com o fazer pedagógico de cada criança/aluno?

Estas questões nos levaram a uma roda de conversa sobre como a escola regular organiza seu currículo com vistas a propiciar uma educação que garanta o direito de todos a uma educação de qualidade. Assim, várias falas de pessoas com deficiência, membros da turma de Especialização, nos trouxeram depoimentos do quanto sofreram na escola devido aos preconceitos e falta de profissionais que lhes garantisse um bom desenvolvimento nas atividades propostas. Essas falas se estenderam a falta de acessibilidade nos ambientes escolares e não escolares para que eles pudessem mobilizar-se com segurança. Alguns depoimentos se estenderam não só a infância, mas em todo o percurso educacional. Além disso, os relatos dos profissionais que atendem pessoas com deficiência e autistas, nos alertaram das dificuldades pelas quais essas instituições passam para promover uma conscientização acerca da de uma Educação Inclusiva, bem como a acessibilidade. Para além disso, relataram as dificuldades pelas quais as famílias passam para serem atendidas, uma vez que lhes faltam condições financeiras para mobilizar-se até essas instituições.

No poema “Quando a escola é de vidro” de Ruth Rocha, a autora narra a história de uma escola em que sua proposta se apresenta tradicional, levando os alunos a um engessamento. Para isso, a autora utiliza-se de vidros em que os alunos eram acomodados. Os vidros eram destinados as séries, todos iguais, desconfortáveis e não consideravam as características dos alunos, além de não lhe proporcionar possibilidades de mudança. Qualquer ação de mudança representava desordem. No entanto, certo dia, chegou para essa sala um menino negro e pobre, e não havia vidro para ele, o que causava inveja aos demais, e mesmo ele tendo um ótimo desempenho, os professores temiam que ele fosse influenciar os colegas a romper com os paradigmas daquela escola. E, de fato, foi o que aconteceu: os demais colegas não quiseram mais entrar nos vidros, causando uma rebelião onde todos os vidros acabaram por serem quebrados. Após o ocorrido, perceberam que não haveria condições dos alunos entrarem nos vidros novamente, e comprar novos vidros sairia muito caro, então o diretor optou por permitir uma nova escola, a “Escola Experimental”, sem vidros, onde todos podiam ser quem eram e expressar o que queriam.

A autora faz uma metáfora para exemplificar o modelo tradicional de ensino, a exclusão, entre outros pontos. Ela demonstra como o modelo tradicional é centrado na figura do professor, sendo ele o único transmissor do conhecimento. Situação que cabe ao aluno apenas receber o ensinamento, sem estímulo crítico e questionador. A disciplina é rígida e com uma grande quantidade de regras a serem seguidas. Nessa perspectiva, os alunos acabam ficando

acostumados ao seu vidro, a esse modelo, e ao se virem fora dos vidros, se sentem desconfortáveis com a situação e ficam desorientados, não sabendo como se comportar. O vidro se torna uma barreira entre o professor e o aluno e a relação entre eles não consegue ser espontânea e natural, além de muitas vezes não ser compreendida. Porém, já percebemos que a aprendizagem não acontece assim, onde cada um aprende de um jeito, e de formas distintas. Para além disso, ressaltamos a situação dos alunos com deficiência que, na maioria das vezes, são colocados em vidros no sentido de não serem ofertadas possibilidades de um melhor desenvolvimento. Temos, conforme algumas falas discutidas durante a disciplina “Princípios Históricos, Políticos e Filosóficos da Educação Especial”, evidências de uma educação excludente a partir de algumas práticas que colocam as pessoas com deficiência a margem de tudo.

Nesse sentido, fizemos reflexões acerca do parâmetro e da organização curricular que se faz necessária dentro da escola e como podemos melhorar ou romper propostas como essas, por vezes engessadas, lineares, sem pensar na individualidade do aluno e na sua singularidade, seja pessoas com deficiência ou não.

É notório que muitas vezes as pessoas querem incluir, mas acabam por integrar, por não saberem que a Educação Inclusiva deve ser um processo que amplia a participação de todos os estudantes nos estabelecimentos de ensino regular. Tendo consciência que é um desafio, pois os sistemas pouco ou nada fazem, a inclusão exige modificações profundas, que demandam ousadia, prudência, política efetiva, oferecendo as crianças com deficiência educação de qualidade para que seja uma escola única e democrática (BUENO, 2001, p.27).

Enfatizando à nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação, promulgada em 1996, a mesma incorpora os princípios da Declaração de Salamanca e a partir dela verifica-se toda uma alteração na legislação brasileira onde, nota-se a intenção de tornarem-se possíveis, as mudanças sociais necessárias para a construção de uma escola inclusiva. Pela primeira vez foi destinado um capítulo para tratar da educação especial (Capítulo V da LDB.), prevendo em seu artigo 58 § 1º que, sempre que for necessário, haverá serviços de apoio especializado para atender às necessidades peculiares de cada aluno portador de necessidades especiais.

Nesse sentido podemos verificar que o foco precisa tornar o aluno e o êxito do processo de aprendizagem, adaptados as necessidades específicas de cada educando.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Como já mencionado ao longo deste trabalho, nosso estudo teve como objetivo discutir as implicações da Educação Especial na perspectiva inclusiva, considerando os avanços e os

limites que tivemos ao longo do tempo, sobretudo, versando o acesso, a permanência e as condições de aprendizagem para todas as pessoas. Tendo conhecimento do processo histórico que os deficientes passaram acerca da sua condição e, por conseguinte, de negação de direitos, sendo ignorados, abandonados e muitas vezes até mesmo assassinados, devido a sua diferença do conceito de normalidade, já é passado a hora de ser ter uma política mais efetiva, ou seja, uma política que transcenda as páginas dos documentos legais e oficial, e chegue, de fato, ao chão da escola.

Registramos muitos avanços ao longo da história, na conquista de igualdade e do exercício de direito, através de marcos legais nacionais e internacionais que fortaleceram a Política Nacional da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, mas, a pergunta que despertou o interesse pela temática para o nosso trabalho foi: mesmo depois de tantos avanços na Educação Especial, o que ainda precisa mudar?

O cenário brasileiro acerca da Educação Inclusiva tem mostrado um distanciamento do que diz a ele e o que realmente acontece no contexto escolar, fato esse evidenciado na literatura e nas falas das pessoas com deficientes e profissionais da área, que são alunos do Curso de Especialização o qual fazemos parte. É sabido das dificuldades em que se encontram as pessoas com deficiência, sobretudo, pela falta de condição de frequentar instituições de atendimento público ou privado, além da falta de preparação de muitos profissionais docentes para lidar com alunos com deficiência.

A inclusão dos deficientes é uma realidade que necessita do apoio da sociedade, entre o meio ambiente, a convivência social e o bem-estar do cidadão, pois somente assim é que as pessoas vão desenvolver a capacidade de inteligência espacial e a autonomia de sua vida e de suas atividades diárias. Concretizar na rotina escolar o que foi estabelecido por lei para atender as crianças com deficiência apresenta-se como um dos grandes desafios da escola na atualidade.

Se faz necessário uma escola com espaço democrático e competente para se trabalhar com os educandos sem nenhuma distinção. Para que a inclusão ocorra é necessário ter vontade, conhecimento e ver o outro com todo o seu potencial e seus limites, ajudando as suas dificuldades e ressaltando suas qualidades.

Afinal a inclusão é um processo constante que precisa ser continuamente revisto. A escola não deve apenas inserir o aluno com deficiência, e sim proporcionar meios que garantam a aprendizagem do mesmo.

Por fim, esperamos que um dia aja a revolução dos vidros entre os fazeres pedagógicos, onde a mesmice não seja mais valorizada, onde nós educadores saibamos lidar com a aceitação

das diferenças, entendendo-as e buscando novos caminhos para dar novos significados à aprendizagem.

## REFERÊNCIAS

\_\_\_\_\_. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, 1948.

\_\_\_\_\_. **Convenção dos direitos da Criança**, de 1989.

\_\_\_\_\_. **Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais**, 1966.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: nº 9394/96. Brasília: 1996.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação - PNE/ Plano Nacional de Educação 2014-2024**: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. – Brasília: Câmara dos Deputados, 2014.

BUENO, B.; CATANI, D.; SOUSA, C. (Orgs.). **A vida e o ofício dos professores**. São Paulo: Escrituras, 1998.

BUENO. J. G. S. **A inclusão de alunos deficientes nas classes comuns do ensino regular**. Temas sobre o desenvolvimento. São Paulo: vol.9, n.8, 2001.

FUMEGALLI, R. C. A. **Inclusão escolar**: O desafio de uma educação para todos? 2012. 47 f. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Educação Especial: Deficiência Mental e Transtorno) – Departamento de Humanidades e Educação, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, 2012.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação Especial no Brasil**: História e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 1996.

MICHELS, M. H. **Gestão, inclusão e formação docente**: eixos da reforma educacional brasileira que atribuem contorno à organização escolar. Revista Brasileira de Educação. V 11 nº 33 set/dez. 2006.

MOURA, A. B. **A Inclusão das Crianças com Deficiências Visuais no Ensino Infantil Regular**. Praia: 2010. Disponível em: <<http://www.portaldoconhecimento.gov.br/bitstream/10961/2024/1/monografia.pdf>> Acesso em 15 de maio de 2023.

ONU. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: CORDE, 1994. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>

ROMERO, R. A. S.; SOUZA, S. B. de. **Educação Inclusiva**: Alguns marcos históricos que produziram a educação atual - 2008. Disponível em: <[www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/447\\_408.pdf](http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/447_408.pdf)>. Acesso em: 10 de maio de 2023.



SASSAKI, R. K. **Integração e Inclusão:** do que estamos falando? Temas sobre Desenvolvimento, v.7, n.39. 1998.

UNESCO. **Declaração mundial sobre educação para todos e plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem.** Jomtien, Tailândia: UNESCO, 1990. UNESCO.